



## A bola está com o Congresso, diz Guedes sobre Previdência

Na Comissão de Assuntos Econômicos, ministro da Economia disse que sem reforma o país para e defendeu novo pacto federativo para garantir mais recursos a estados e municípios

Jefferson Rudy/Agência Senado



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o presidente da comissão, Omar Aziz, ouvem as explicações do ministro sobre pacto federativo e reforma da Previdência

**E**m debate ontem na Comissão de Assuntos Econômicos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a reforma da Previdência é urgente e que, sem ela, a máquina pública do país pode implodir. Questionado por vários senadores, especialmente sobre o Benefício de Prestação Continuada e a aposentadoria rural, Guedes disse que cabe ao Congresso fazer as alterações que considerar necessárias, desde que seja mantido o escopo da reforma. O ministro informou ainda que o governo estuda um pacto federativo que garanta mais recursos a estados e municípios. **5**

**Marcos Pontes explica acordo sobre base **7****

**Ministério quer atrair médicos para interior **8****

**Combater poluição é prioridade, diz Ricardo Salles **8****

### Moro aceita que pacote anticrime comece no Senado

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, defendeu na Comissão de Constituição e Justiça os projetos para endurecimento das punições a crimes de corrupção e contra a vida que compõem o pacote anticrime apresen-

tado por ele. Moro disse não se opor à sugestão de Eliziane Gama de que a tramitação inicie no Senado e que a Câmara atue como revisora. A senadora quer agilizar a análise do pacote, pois o foco dos deputados está na PEC da Previdência. **4**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ministro Sergio Moro explica, em audiência da CCJ comandada por Simone Tebet, suas declarações sobre caixa 2



Moreira Maniz/Agência Senado

Serra lembra que foi condenado à prisão sem processo legal na ditadura

### Senadores criticam Bolsonaro por declarações sobre 1964

Senadores voltaram a se manifestar ontem, em Plenário, contra declarações do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Ernesto Araújo, que negaram ter havido golpe militar no Brasil em 1964. Randolfe

Rodrigues encaminhou voto de censura a Bolsonaro, assinado por um terço dos senadores. José Serra criticou a exaltação do que ele classificou como “uma das piores coisas que já aconteceu no Brasil”. **3**

### Aprovado texto que dispensa empresa de publicar documento

O Plenário aprovou ontem proposta que dispensa companhias sem ações negociadas em bolsa, com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10 milhões, de publicar documentos e edital para convocar assembleia geral.

O texto segue para sanção. Também foi aprovado projeto que limita o pagamento antecipado nos contratos com a administração pública, inspirado nas investigações das CPIs dos Correios e do Mensalão. O projeto volta à Câmara dos Deputados. **3**

### Ex-presidente da Vale fala em CPI sobre tragédia de Brumadinho

A CPI que investiga as causas do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), faz audiência pública hoje para ouvir o ex-presidente da empresa de mineração Vale, Fabio Schwartzman.

O rompimento, em 25 de janeiro, deixou 210 mortos e 96 desaparecidos, além de causar a destruição do Rio Paraopeba. Fabio Schwartzman foi afastado da presidência da Vale por recomendação do Ministério Público e da Polícia Federal. **2**

### PEC do Orçamento Impositivo deve ir a Plenário quarta

A PEC que determina a execução obrigatória de emendas de bancada vai para a CCJ, disse ontem Davi Alcolumbre. A expectativa é que vá para o Plenário na quarta, mesmo dia em que o colegiado analisará a proposta. **3**



# CPI de Brumadinho ouve hoje o ex-presidente da Vale

Fabio Schvartsman depõe sobre o rompimento da barragem de resíduos tóxicos, que deixou 210 mortos e 96 desaparecidos, além de destruir o Rio Paraopeba, afluente do São Francisco

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) de Brumadinho ouve hoje, às 9h, o ex-presidente da mineradora Vale, Fabio Schvartsman. A oitiva estava prevista para a semana passada. O ex-CEO, no entanto, solicitou à comissão o adiamento do depoimento, por ter se submetido a cirurgia no olho direito no dia 14 de março, devendo permanecer de repouso durante sete dias.

Assinado por Otto Alencar (PSD-BA) e Randolfe Rodri-

gues (Rede-AP), o requerimento foi aprovado em 13 de março, data de instalação da CPI, que irá apurar as causas do rompimento da barragem de resíduos da Mina Córrego do Feijão, em 25 de janeiro.

O colegiado tem como objetivo identificar os responsáveis pelo rompimento, as falhas dos órgãos competentes e os autores dos laudos técnicos, além de apontar a adoção de providências cabíveis para evitar novas tragédias.

O rompimento da barragem de resíduos tóxicos soterrou centenas — os números oficiais são de 210 mortos e 96 pessoas desaparecidas — e deixou prejuízos imensuráveis à fauna e flora da região, destruindo o Rio Paraopeba, afluente do São Francisco.

Schvartsman foi designado pelo Conselho de Administração da Vale para o cargo de diretor-presidente em abril de 2017, mas está afastado do cargo desde 2 de março, por recomendação do Ministério Público e da Polícia Federal.

Na carta de afastamento, o executivo disse que vem se dedicando a uma apuração independente dos fatos em Brumadinho e que fez questão de atender a todas as demandas da imprensa e das autoridades. A força-tarefa que orientou o afastamento pediu que Schvartsman e outros oito funcionários fossem proibidos de entrar em instalações da mineradora durante as investigações.



Rose de Freitas preside a comissão sobre o desastre em Brumadinho

## Colegiado de MP sobre região do DF faz audiência

Os governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, de Goiás, Ronaldo Caiado, e de Minas Gerais, Romeu Zema, participam hoje de audiência na comissão mista da medida provisória que autoriza o Distrito Federal a instituir uma região metropolitana com municípios limítrofes (MP 862/2018). A audiência está marcada para as 10h.

A região metropolitana deverá facilitar as ações ad-

ministrativas na região do entorno da capital federal, uma das mais violentas do país, marcada pela ocupação desordenada do solo e por carência de serviços públicos.

Hoje o entorno da capital federal abriga a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), que abrange 4 cidades de Minas Gerais e 29 de Goiás.

Diferentemente do que ocorre com as regiões metro-

politanas que ficam em um só estado e privilegiam ações sociais e de mobilidade urbana, as Rides abarcam mais de uma unidade federativa e focam ações econômicas. A medida, no entanto, abre uma exceção para o DF.

A MP não define os municípios limítrofes que integram a região metropolitana, o que deve ser feito por leis complementares locais.

Com Agência Câmara

## Sessão especial homenageia a Ordem DeMolay

O Senado promove hoje, às 15h, sessão em homenagem ao centenário da Ordem DeMolay e ao Dia Nacional do DeMolay, comemorado no dia 19 de março.

Carlos Viana (PSD-MG), Chico Rodrigues (DEM-RR), Humberto Costa (PT-PE), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Mecias de Jesus (PRB-RR) e Telmário

Mota (Pros-RR) solicitaram a realização da homenagem, pois acreditam na importância de se valorizar essa instituição que possui princípios filosóficos, fraternais e filantrópicos.

A Ordem DeMolay, criada nos Estados Unidos em 1919, é uma organização para jovens, patrocinada e apoiada pela maçonaria, que tem como ob-

jetivo criar bons cidadãos, que respeitam as leis, convivem em harmonia com a sociedade, auxiliam o próximo e que servem como modelo a ser seguido por todos os jovens.

Instaurada no Brasil em 1980 por Alberto Mansur, a ordem possui um conselho próprio no país e mais de 85 mil membros filiados.

## Davi e Onyx acertam encontro mensal entre Senado e governo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, receberá mensalmente o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para encontros com os líderes partidários e senadores. O anúncio foi feito ontem após reunião entre os dois. Davi explicou que a visita foi iniciativa do ministro, num ato de "grandeza".

Onyx enfatizou que o Executivo e o Legislativo precisam estar juntos para dar respostas adequadas aos problemas da sociedade.

— O Legislativo representa a sociedade e cabe a ele dar o comando para que o Exe-

cutivo concentre esforços na área A, B ou C.

Ele comentou os recentes desentendimentos entre os presidentes da República, Jair Bolsonaro, e da Câmara, Rodrigo Maia. Onyx comparou o clima entre eles a uma "febre", que exige um período de recuperação, mas destacou que já estão na fase do "apaziguamento".

Davi reforçou a necessidade de "aparar as arestas" entre os Poderes.

— Na política, é natural divergir. O presidente da Câmara tem uma pauta, dialoga com os deputados, é legítimo.

## Ulysses Guimarães e Dandara dos Palmares serão heróis da pátria

O Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria terá mais três nomes. A inclusão de Ulysses Guimarães, Dandara dos Palmares e Luiza Mahin foi aprovada ontem em Plenário.

Ulysses foi uma das principais vozes na campanha das Diretas Já e é apontado como um dos responsáveis pela transição para a democracia, em 1985. O político morreu no dia 12 de outubro de 1992, aos 76 anos, devido à queda do helicóptero em que viajava no mar de Paraty (RJ). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 39/2018 vai a sanção presidencial.

Já o PLC 55/2017 inscreve os nomes de Dandara dos

Palmares e Luiza Mahin. Dandara foi conselheira e parceira de Zumbi na luta pela libertação do quilombo e pela superação da escravidão no Brasil. Já Luiza Mahin, por sua vez, liderou os escravos malês na Bahia, tendo participação decisiva na Sabinada, revolta separatista naquela província à época do Brasil Imperial.

O Plenário também aprovou o PLC 66/2018 que outorga o título de Patrono da Tecnologia da Informação da Aeronáutica a Tércio Pacitti, responsável pela implementação da tecnologia da informação no Comando da Aeronáutica.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



#### CDH Veto a visita íntima com criança

9h Entre 22 itens, o PLS 491/2018 que altera a Lei de Execução Penal, para proibir a visita íntima acompanhada de criança.

#### CMA Madeira em obra pública

9h O PLS 234/2016, sobre origem da madeira em obra pública, é um dos 7 itens.

#### CPI DE BRUMADINHO Ex-pres. da Vale

9h Oitiva de Fabio Schvartsman.

#### MP 855/2018 Vendas na Eletrobras

9h Audiência pública.

#### CRE/CCT Ministro da C&T

10h Audiência com Marcos Pontes.

#### GRUPO BRASIL-CHINA Eleição

10h Eleição e posse da diretoria.

#### GRUPO BRASIL-CINGAPURA Eleição

10h Instalação, eleição e posse.

#### MP 862/2018 Nova região no DF.

10h Debate com governadores de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal.

#### CRE Serviço militar feminino

10h05 Análise do PLS 213/2015, que permite serviço militar para mulheres.

#### PLENÁRIO Sessão deliberativa

11h PEC que autoriza bombeiros e PMs a acumularem cargos está na pauta.

#### MP 861/2018 Junta Comercial do DF

14h Audiência pública.

#### SESSÃO ESPECIAL Ordem DeMolay

15h Homenagem a Ordem DeMolay.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### RÁPIDAS

#### INSTALADAS CINCO COMISSÕES DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

Cinco comissões mistas de MPs de 2018 foram instaladas ontem. Elas vão analisar: a MP 867, sobre regularização ambiental, a MP 869, sobre dados pessoais, a MP 868, sobre saneamento básico, a MP 866, sobre navegação aérea, e a MP 859, sobre FGTS e filantrópicas.

#### SUBCOMISSÃO VAI DISCUTIR MOBILIDADE URBANA

Foi instalada ontem a Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana, que funcionará no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH). A proposta foi de Acir Gurgacz (PDT-RO), que presidirá o colegiado. O vice será Telmário Mota (Pros-RR).

#### MP TRATA DE COMPRA PELO GOVERNO DE PASSAGEM AÉREA

O Congresso recebeu na terça-feira a Medida Provisória 877/2019, que dispensa os órgãos públicos federais de reter na fonte os tributos que incidem sobre as passagens compradas diretamente das companhias aéreas por meio de cartão corporativo.

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)



# Aprovada simplificação para empresas fechadas

Vai à sanção projeto que aumenta para R\$ 10 milhões o patrimônio líquido para que companhias sem ações em bolsa fiquem dispensadas de publicar documentos como balanço

O PLENÁRIO APROVOU ontem o projeto que dispensa as companhias fechadas (sem ações negociadas em bolsa) com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10 milhões de publicar edital para convocar assembleia geral dos acionistas e documentos exigidos da diretoria da empresa, como os balanços. O texto segue para sanção.

Hoje, a Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404, de 1976) dispensa de publicação desses documentos apenas as empresas com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 1 milhão.

O autor do PLS 286/2015, o ex-senador Ronaldo Caiado, argumentou que o valor atual foi estabelecido em 2001. Com a defasagem, disse, poucas companhias são favorecidas, já que a maioria possui patrimônio líquido superior a R\$ 1 milhão. As regras passam a valer a partir de 1º de janeiro de 2022, de forma a garantir razoável prazo de acomodação do mercado à alteração.

Também ontem, o Plenário aprovou projeto que limita o pagamento an-

teciado nos contratos com a administração pública. O PLC 169/2015 foi inspirado nas investigações das CPIs dos Correios e do Mensalão.

Segundo o autor, ex-deputado Antonio Carlos Mendes Thame, empresas do publicitário Marcos Valério, condenado por desvios no Mensalão, receberam pagamentos substanciais antes mesmo da aprovação das campanhas publici-

tárias contratadas.

A ideia original de Thame foi proibir a antecipação de pagamentos, mas emenda do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o ex-senador Ricardo Ferraço, o texto passou a permitir o pagamento antecipado de forma excepcional, se houver previsão em edital e garantias efetivas da realização integral e satisfatória do

objeto do contrato. Segundo Ferraço, tanto a Controladoria-Geral da União (CGU) quanto o Tribunal de Contas da União (TCU) admitem pagamento antecipado nessas hipóteses. O projeto volta à Câmara, que analisará os aperfeiçoamentos feitos pelos senadores.

## Militares

Passou pela quarta sessão de discussão a PEC 141/2015, que permite a militares acumular o cargo com funções de professor ou de profissional da saúde. A mudança vale para integrantes das polícias e dos corpos de bombeiros militares dos estados e do Distrito Federal. O texto ainda precisa passar por mais uma sessão de debates antes de ser votado em primeiro turno.

Relator na Comissão de Constituição e Justiça, Antonio Anastasia (PSDB-MG), explicou que a Constituição abre exceção para os servidores civis acumularem cargo de natureza técnica com o magistério ou a área médica, mas não estende essa possibilidade aos policiais e bombeiros militares.



Sérgio Petecão, Paulo Rocha, Davi Alcolumbre e Angelo Coronel durante análise da proposta

Moreira Mariz/Agência Senado

## PEC do Orçamento Impositivo será votada em Plenário semana que vem

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, informou ao Plenário ontem que a proposta de emenda à Constituição que determina a execução obrigatória de emendas de bancada será enviada para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Os líderes assinaram o documento de quebra de interstício e já está feito o compromisso de que será votada semana que vem — afirmou.

Davi declarou que a PEC 34/2019 assegura mais recursos para estados e municípios, de forma impositiva, para que sejam atendidas as emendas para obras e equipamentos.

— Essa PEC é a maneira mais rápida e eficiente de o Parlamento estar presente na vida das pessoas. Sou um municipalista e sei que os problemas estão onde as pessoas vivem — afirmou o presidente.

Ele disse que vai conversar com os líderes partidários para “tentar dar a celeridade possível e adequada” à PEC no Senado.

— Sempre defendi a descentralização dos recursos. As emendas parlamentares de deputados e senadores são de fato os únicos recursos que prefeitos e governadores têm para resolver os problemas das pessoas: fazer uma escola, um hospital, uma praça. Se essa PEC for para descentralizar esses recursos e fazer com que eles cheguem na ponta, eu continuarei apoiando uma matéria com essa envergadura — declarou.

O líder da oposição, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), explicou que a proposta será analisada na CCJ na quarta-feira e no mesmo dia será remetida para o Plenário.

Para ele, o ambiente é favorável para a aprovação da medida tam-

bém no Senado. Ele disse que a oposição pedirá urgência para a PEC e citou o ministro da Economia, Paulo Guedes, para registrar que o “Orçamento tem que estar sob o controle do Parlamento”. Com a PEC, segundo o senador, as emendas individuais e de bancadas terão de ser executadas até o ano seguinte e, assim, poderão beneficiar mais diretamente a população.

— São os parlamentares que escutam a população e fazem a alocação dos recursos, que muitas vezes não são aplicados. [A PEC] resolve por aí. É o Parlamento controlando o Orçamento — disse Randolfe.

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que a PEC é uma resposta para os prefeitos do Brasil. Esperidião Amin (PP-SC), no entanto, alertou que não é possível garantir que ninguém irá pedir vista na CCJ.

Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou que seu partido analisa a proposta com muita simpatia, pois é uma forma de o Congresso ter protagonismo na implementação de novas políticas públicas.

O senador Humberto Costa (PT-PE) observou que a PEC foi apresentada em 2015, ainda no governo da presidente Dilma Rousseff, com o “objetivo de inviabilizar o governo”. O texto chegou ao Senado, depois de ser aprovado na Câmara na terça-feira. Pela regra atual, as emendas individuais já são consideradas impositivas. A proposta estende a obrigatoriedade de execução às sugestões de gastos apresentadas por bancadas estaduais. Devem ser executadas as emendas destinadas a obras e equipamentos até o limite de 1% da receita corrente líquida (RCL) do ano anterior.

## Serra e Randolfe criticam Bolsonaro por pedido de comemoração a golpe de 64

Os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP, foto) e José Serra (PSDB-SP) criticaram ontem em Plenário declarações do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, sobre os 55 anos do início do regime militar. Araújo disse na Câmara que não considera que tenha havido um golpe militar no país.

Serra recomendou que o governo se contenha no que chamou de “exaltação de uma das piores coisas que já aconteceu no Brasil”. O senador, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), lembrou que foi perseguido durante a ditadura e exilado por 14 anos.

— Fui inclusive condenado de maneira arbitrária, sem processo legal,



Roque de Sá/Agência Senado

à prisão, por discursos que tinha feito em 1963, antes do golpe.

Já Randolfe encaminhou, com a assinatura de um terço dos membros da Casa, um voto de censura a Bolsonaro pela declaração em que o presidente pede a comemoração pelo aniversário do golpe de 31 de março de 1964.

— Se não existe ninguém que diga que basta, que ele não pode exceder os limites do Estado democrático de direito, esta Casa tem que cumprir essa função.

O vice-líder do governo, Chico Rodrigues (DEM-RR), minimizou as declarações de Bolsonaro e negou que tenha havido retrocessos no país no período militar, que durou 21 anos.

## Regime militar foi trágico para o Brasil, afirma Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) repudiou a atitude do presidente Jair Bolsonaro de determinar que as Forças Armadas comemorem o aniversário de 55 anos do golpe de 31 de março de 1964. O senador afirmou que até mesmo os militares se sentem constrangidos com a sugestão do chefe de Estado.

— Ainda esta semana, na Argentina foi comemorado o fim da última ditadura que lá existiu. E aqui no Brasil, infelizmente, aquele que deveria ser o defensor principal do congraçamento do povo, vai fazer um pronunciamento pedindo que se comemore um tempo tão trágico como foi aquele.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Comemorar o golpe de 64 é desrespeitoso e absurdo, diz Veneziano

A decisão de Bolsonaro de determinar a comemoração dos 55 anos do golpe militar de 1964 é absurda, afirmou Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB). O senador considera a atitude desrespeitosa com cidadãos que sofreram com a repressão durante o período.

— Festejar mortes? Jamais. Festejar censura? Absurdamente não podemos aceitar. O que mais me deixa incomodado é que a justificativa entre aspas seria a de que aquilo seria necessário por força de um iminente perigo de o Brasil ser tomado por um regime comunista — afirmou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado



# Moro aceita que Senado inicie análise de pacote

Em audiência, o ministro da Justiça e Segurança defendeu propostas de punição mais dura para crimes de corrupção e contra a vida e disse esperar sugestões de aprimoramento

EM AUDIÊNCIA DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, defendeu ontem o endurecimento das punições a crimes de corrupção e a crimes contra a vida, foco do pacote anticrime apresentado por ele ao Congresso em fevereiro. O ministro disse não se opor à possibilidade de, para acelerar a votação, a tramitação ser iniciada no Senado para que a Câmara atue como Casa revisora, diferente do que costuma acontecer com propostas do Executivo.

A ideia partiu de Eliziane Gama (PPS-MA), que entende que os deputados estão concentrados na reforma da Previdência. Apesar de discordar de alguns pontos da proposta de Moro, a senadora disse reconhecer a urgência de debatê-la e votá-la.

— Temos dois temas hoje, Previdência e segurança, que são necessidades nacionais. Conversei com senadores para que possamos apresentar o projeto anticrime como iniciativa daqui — disse ela.

Para Moro, a questão precisa ser levada pelos senadores ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Na opinião dele, “não importa a cor do gato, importa que ele pegue o rato”.

Sobre o texto e o conteúdo das propostas, o ministro afirmou que está aberto ao debate com os parlamentares.

— O foco é o endurecimento em relação à criminalidade mais grave. Estamos abertos a sugestões, críticas e aprimoramentos.

São três projetos (PL 881/2019, PL 882/2019 e PLP 38/2019, aguardando análise da Câmara dos Deputados) que modificam 14 leis, entre elas o Código Penal (Lei 2.848, de 1940) e o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689, de 1941) em assuntos como regras de legítima defesa, prisão após condenação em segunda instância e regulamentação de instrumentos de investigação.

A audiência na CCJ foi requerida por Lasier Martins (Pode-RS). O ministro destacou algumas ações já adotadas pelo governo nos primeiros meses do ano, como a transferência de líderes da facção Primeiro Comando da Capital (PCC) de unidades prisionais de São Paulo para penitenciárias em outros estados. Também apontou iniciativas que devem começar a funcionar nos próximos meses, como o Programa Nacional de Enfrentamento à Criminalidade Violenta. Segundo Moro, o programa é um projeto-piloto interministerial para tentar reduzir os índices

de criminalidade no país. A ideia é que o governo federal firme convênios com estados e municípios, desenvolvendo ações de segurança pública e de promoção social.

O ministro informou que serão escolhidos inicialmente cinco municípios com índices de criminalidade elevados. A expectativa é que o projeto-piloto seja iniciado no segundo semestre e ajude a quebrar os círculos de violência.

— O que tem que ser feito é gerar um impacto nessas comunidades especialmente afetadas não só para a questão do bem-estar das pessoas ali residentes, mas igualmente tentar gerar um círculo virtuoso de mudança — defendeu.

O ministro informou que Foz do Iguaçu (PR) será a primeira cidade brasileira a receber um centro de integração para cuidar da segurança de fronteira. A implantação do projeto-piloto proposto pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública envolve a criação de um grupo de trabalho de órgãos estaduais e federais para enfrentar o contrabando e o tráfico de armas e drogas. A ideia, segundo Moro, é instalar outros centros em regiões de fronteira.

— Os recursos são limitados. Temos que trabalhar esses recursos com inteligência e operações integradas — disse.

## Desarmamento

A presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), ressaltou que a segurança pública é prioridade para os cidadãos brasileiros.

— Temos uma pauta extensa de segurança pública na CCJ. Eu diria que 80% dos projetos que analisamos estão relacionados à segurança pública.

Moro afirmou também que o presidente Jair Bolsonaro foi eleito com a promessa de flexibilizar o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826, de 2003). O tema dividiu a opinião dos senadores. Manifestaram-se contrários à ampliação da posse de armas Eliziane Gama (PPS-MA) e Humberto Costa (PT-PE). Já Marcos do Val (PPS-ES), favorável à flexibilização da lei, disse que “um cidadão de bem armado pode se tornar um aliado das forças policiais”.

Segundo o ministro, houve a edição de um decreto ponderado, que tratou apenas da posse de armas em residência.

— O principal ponto da questão foi a demonstração da necessidade. Em nenhum lugar isso estava claro. Cabia ao agente policial de balcão decidir. Então, caracterizamos o assunto. Quem tinha direito a posse continua tendo e houve apenas esclarecimento da situação — explicou.



Simone Tebet e Jorginho Mello (D) comandam audiência na CCJ que ouviu o ministro da Justiça, Sérgio Moro

## Ministro diz que foi incompreendido em falas sobre caixa 2

Na audiência, Fabiano Conatarato (Rede-ES) questionou o que levou o ministro Sérgio Moro a mudar de opinião e dizer que caixa 2 não é tão grave quanto a corrupção. Em 2017, quando ainda era juiz da Operação Lava Jato, Moro havia dito que considerava a corrupção para o financiamento de campanha pior que o desvio de recursos para o enriquecimento ilícito.

O ministro negou ter mudado de ideia, disse que foi incompreendido em suas declarações e que nunca minimizou a gravidade do crime.

— O governo apresentou um projeto de lei de modo adequado, baseado na transparência internacional. Houve reclamações dessa criminalização ser tratada junto com crime organizado, então, concordamos em separar. Eu nunca minimizei a gravidade do caixa 2. A corrupção tem a contrapartida. É mais grave, de fato, do que receber recursos eleitorais não declarados, o que não significa que essa segunda conduta não seja grave — explicou.

Moro defendeu a possibilidade de prisão de condenados após o julgamento em segunda instância, sem a necessidade de se esperar o último recurso ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Ele lembrou que o próprio Supremo já decidiu quatro vezes não haver incompatibilidade entre esse conceito e a Constituição. E disse que não adianta ter penas mais rigorosas, se a Justiça não for eficiente.

— Tenho expectativa de que vai ser mantido o precedente. A posição do governo é pela manutenção da prisão em segunda instância e é importante que sinalize isso para a população — argumentou.

Indagado por Jean Paul Prates (PT-RN), o ex-juiz afirmou que é a favor da redução da maioria penal para 16 anos em crimes considerados

graves. Outra alternativa, na visão de Moro, seria aumentar o tempo de internação de menores infratores, restrito hoje a três anos.

A portaria do Ministério da Justiça que cria um grupo de trabalho para avaliar a conveniência da redução da tributação sobre cigarros fabricados no Brasil foi questionada na audiência por Major Olímpio (PSL-SP) e José Serra (PSDB-SP), que temem o aumento do consumo de tabaco. Moro respondeu que ainda não há posição firmada sobre o assunto.

— Foi criado um grupo de estudo. Não há opinião formada. Não é questão de arrecadação ou contrabando. É um problema de saúde pública. O que está sendo constatado é que quase 50% do mercado nacional é dominado pelo cigarro paraguaio, de baixa qualidade — explicou.

## CPI dos Tribunais

Os senadores Rodrigo Pacheco (DEM-MG) e Eduardo Braga (MDB-AM) pediram a opinião do ministro sobre a formação de uma CPI para investigar irregularidades nos tribunais superiores.

— É preciso resguardar a independência do Judiciário, mas resguardar igualmente a independência do Congresso. É uma questão que vai ser decidida com sabedoria pelos parlamentares — opinou o ministro.

Questionado por Angelo Coronel (PSD-BA) sobre o vazamento de informações da Operação Lava Jato, o ministro disse haver muita confusão entre o que é de fato vazamento e o que é de acesso público. Segundo Moro, salvo exceções, o processo é público e, na Justiça Federal, as informações podem ser acessadas por qualquer pessoa pela internet. Moro disse que vazamento é algo ilegal e nunca vazou nada para jornalistas durante sua

atuação como magistrado.

Sobre a recente visita feita com o presidente Jair Bolsonaro à Agência de Inteligência Americana (CIA), Moro disse tratar-se de um fato normal, visto que o órgão faz importante trabalho sobre terrorismo, uma preocupação mundial.

Oriovisto Guimarães (Pode-PR) informou que vai ser relator de uma proposta que estabelece como 30 dias o tempo de férias para todos os servidores públicos, inclusive magistrados (PEC 63/2016). Segundo o senador, cada juiz julga por ano uma média de 1.194 processos, o que daria 100 processos por mês. Com a limitação das férias, disse, os 18 mil juízes brasileiros poderiam julgar 1,8 milhão de processos a mais por ano, já que hoje em dia, na prática, os juízes têm dois meses de recesso na magistratura.

— Sugiro que ouça bastante as ponderações das associações de magistrados — aconselhou Moro.

## Pesquisa mostra apoio da população ao pacote, aponta Styvenson

Pesquisa do DataSenado avaliou a percepção da sociedade em relação ao pacote anticrime, que teve o apoio de 66% dos entrevistados, anunciou Styvenson Valentim (Pode-RN). Segundo ele, 72% disseram conhecer as propostas. Para 16% os projetos terão pouco efeito positivo e 15% acham que nada mudará caso sejam aprovados.

Foram entrevistadas 1.161 pessoas de 6 a 25 de março. Desses, 51% defendem a prisão após a decisão em segunda instância, 23% após a primeira, e 20% após o trânsito em julgado da sentença.



Waldemir Boreatto/Agência Senado



# Previdência está com Congresso, diz Guedes

Titular da Economia, Paulo Guedes disse em audiência que sem a reforma a máquina pública pode implodir e defendeu o papel de senadores e deputados na busca de uma solução

O MINISTRO DA Economia, Paulo Guedes, defendeu em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, a aprovação da proposta de reforma da Previdência enviada pelo governo (PEC 6/2019). Guedes afirmou que a atual situação da Previdência pode implodir a máquina pública do país e exaltou o papel do Congresso na construção de uma solução.

— Nosso sistema previdenciário está quebrando antes de a população envelhecer. O déficit aumenta em golfadas de R\$ 40 bilhões por ano. O Brasil vai explodir muito rapidamente do ponto de vista fiscal. Não é uma ameaça, é uma projeção. A bola está com o Congresso.

Guedes destacou que os parlamentares devem buscar protagonismo no debate da Previdência. Ao ouvir as ressalvas que alguns senadores fazem à proposta, o ministro disse que o seu papel é apresentar o quadro geral, mas cabe aos representantes eleitos dos cidadãos fazerem as alterações que considerarem justas. No entanto, ele fez menção ao valor que espera economizar com a reforma e defendeu que ele seja preservado.

— Todos têm que participar do esforço. O técnico fala que precisa de R\$ 1 trilhão, mas é o Congresso que decide. Se o Congresso quiser que as mulheres se aposentem antes, que peçam mais de outros setores.

Os senadores criticaram o ministro por ser pouco acessível para audiências e conversas. Em resposta, ele se comprometeu a deixar uma equipe de assessores do ministério “acampada” no Congresso durante a tramitação da reforma.

Para o ministro, o escopo da



Presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (3º à esq.), e da comissão, Omar Aziz, ao lado do ministro Paulo Guedes

reforma precisa ser mantido para que haja “potência fiscal” capaz de permitir uma transição futura para um regime de capitalização, no qual cada trabalhador pouparia para a sua própria aposentadoria. Hoje a Previdência funciona em regime de repartição: os trabalhadores em atividade financiam os aposentados do presente, e terão as suas aposentadorias financiadas pelos trabalhadores do futuro.

## Bomba-relógio

Crítico do sistema, que classifica como uma bomba-relógio, ele explicou que a capitalização seria uma fase posterior da reforma, garantida pelos ajustes iniciais. O ministro acrescentou que, dentro do eventual regime de capitalização, seria possível inserir dispositivos que garantam mais renda a quem não conseguir acumular o suficiente durante a vida.

— A fraternidade exige a eficiência, senão o dinheiro acaba — afirmou.

Guedes advertiu que uma reforma com impacto menor do proposto por sua pasta não

permitiria a transição para a capitalização. Nesse caso, avaliou, o problema atual seria apenas postergado por mais alguns anos.

— Nossa responsabilidade com as futuras gerações é não deixa-las caírem na mesma armadilha. Se não fizermos a reforma, vamos condenar nossos filhos e netos por egoísmo, por nossa incapacidade de fazer o sacrifício nós mesmos.

Ainda no início da audiência, o ministro foi questionado pela senadora Eliziane Gama (PPS-MA) sobre o que faria caso a reforma da Previdência não fosse aprovada, ou fosse aprovada com um impacto menor do que o pretendido. Guedes garantiu acreditar na “dinâmica virtuosa” da democracia, e sinalizou que pode deixar o posto de ministro da Economia se for derrotado na empreitada.

— Eu venho para ajudar, acho que tenho algumas ideias interessantes, mas se o presidente não quiser e o Congresso não quiser, eu não vou obstaculizar o trabalho dos senhores. Voltarei para onde

sempre estive.

O ministro, apesar disso, destacou que não cometeria a “irresponsabilidade” de abandonar o governo na primeira derrota.

## Críticas

O presidente da CAE, Omar Aziz (PSD-AM), assegurou que todos os parlamentares têm ciência da importância da reforma, mas ponderou ser preciso submetê-la ao diálogo, em busca de entendimento. Aziz advertiu que o Brasil tem “peculiaridades regionais” que não podem ser ignoradas na elaboração da proposta.

Senadores de oposição criticaram diversos pontos da proposta, como as mudanças nas regras para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — concedido a idosos que não puderam contribuir o mínimo necessário — e na aposentadoria dos trabalhadores rurais, além do fim de regimes especiais para categorias como professores e policiais.

Uma das críticas, Eliziane Gama indagou se a estimativa de R\$ 1 trilhão de economia

era realmente necessária, visto que o impacto dos ajustes seria “terrível”. Outro que manifestou insatisfação foi Rogério Carvalho (PT-SE), que apontou ataques à estrutura de Seguridade Social estabelecida pela Constituição.

Kátia Abreu (PDT-TO) teve discussão com Guedes quando ele apontou que os parlamentares têm direito a uma aposentadoria maior do que os demais trabalhadores. Ela interrompeu o ministro para questionar a afirmação, e Guedes reagiu dizendo à senadora que esperasse sua vez de falar. Omar Aziz interveio, pedindo respeito aos senadores.

Paulo Paim (PT-RS) reclamou da falta de disponibilidade do ministério para esclarecer a proposta. Ele disse que têm convidado representantes do governo, mas que “ninguém quer defender” a reforma da Previdência.

Uma defesa contundente da reforma foi feita pelo senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), que repetidamente se referiu a Guedes como “professor”. Para ele, a aprovação da PEC encaminhada pelo governo levará à recuperação fiscal, à retomada dos investimentos e à geração de empregos no país. O senador pediu aos colegas que evitem radicalizar a questão para não comprometer os efeitos positivos da reforma.

Também Tasso Jereissati (PSDB-CE) se mostrou favorável à reforma e disse que nunca houve “uma boa vontade tão grande” do Congresso para reformar a Previdência Social. Mas o senador se mostrou desconfortável com o “tom beligerante” de Guedes. Para Tasso, o ministro demonstra “certa disposição para criar uma oposição que não existe”.

## Ministro propõe pacto com mais recursos para estados e municípios

Na audiência na CAE, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou a Guedes que os senadores querem ajudar o Brasil e colaborar com as iniciativas do Executivo. Para dezenas de senadores que estavam no Plenário da comissão, o ministro defendeu o controle dos gastos públicos e prometeu um pacto federativo com descentralização de recursos a favor de estados e municípios.

Guedes afirmou que o governo Bolsonaro pretende destinar, para estados e municípios, algo em torno de 70% dos recursos do pré-sal, invertendo a lógica atual, em que a União fica com 65% desse dinheiro. O ministro prometeu

ainda programas para ajudar os entes federados. A primeira ação, disse, é emergencial e será lançada em até 30 dias para socorrer de imediato os estados e municípios que já estão quebrados. Em seguida, o governo quer promover um redesenho das finanças estaduais, com ajuste fiscal, controle de gastos e previsibilidade orçamentária.

Tudo isso servirá para redistribuição dos recursos públicos com o objetivo de resolver o superendividamento dos estados e dar sustentabilidade orçamentária a todos. Há ainda a intenção de se fazer uma reforma fiscal com a criação de um imposto único federal que seria compartilhado com

estados e municípios. No final, segundo o ministro, o pacto federativo servirá para “redesenhar o futuro”.

## Inchaço

Ele afirmou também ter “plena convicção de que o Brasil é uma democracia virtuosa”, traçou um panorama político-econômico do país nos últimos 50 anos e alertou que o governo Bolsonaro está promovendo uma ruptura no tradicional sistema de alianças entre Executivo e Legislativo. Também avisou aos senadores que, sem a aprovação da reforma da Previdência, todos esses planos a favor de municípios, estados e Distrito Federal ficarão

muito mais difíceis de serem implementados.

Ao afirmar que a média de crescimento econômico do Brasil nos últimos 30 anos ficou abaixo de 2% ao ano, Guedes avaliou que “o modelo econômico está errado”. Para ele, o Estado brasileiro tem de ser menor e gastar menos.

Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Eliziane Gama (PPS-MA) disseram que os estados deixaram de arrecadar cerca de R\$ 630 bilhões em repasses da Lei Kandir desde 2003 e que as dívidas estaduais já somam R\$ 680 bilhões. Só o Maranhão, disse Eliziane, tem perdas acumuladas de R\$ 11 bilhões. Para Heinze, a situação da maioria dos estados está insustentável.

Em resposta, Paulo Guedes afirmou que, se for obrigada a pagar esses R\$ 630 bilhões, a União quebra.

José Serra (PSDB-SP) criticou a intenção do governo de abrir mão dos benefícios da Organização Mundial do Comércio (OMC) em troca do ingresso do Brasil na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para o senador, seria uma troca desvantajosa. Ele também afirmou que o gasto público já é descentralizado no Brasil e sugeriu a criação do Conselho de Gestão Fiscal para ajudar estados a reequilibrarem as contas e controlarem a aplicação dos recursos públicos.





Ao lado de Izalci (C), o superintendente da Sudene, Mário Gordilho, informa que um plano de desenvolvimento da região está sendo elaborado

# Debatedores não querem fusão do Banco do Nordeste com o BNDES

Participantes destacaram a importância da instituição para fomentar investimentos e diminuir as desigualdades da região

OS INTEGRANTES DA Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) defenderam ontem que o Banco do Nordeste (BNB) não seja fundido com o BNDES, como proposto pela equipe de Jair Bolsonaro.

Os participantes da audiência sobre as propostas dos órgãos de apoio ao desenvolvimento e fomento econômico do semiárido salientaram a importância do BNB para financiar negócios locais, além das outras instituições estatais voltadas à diminuição das desigualdades regionais.

O presidente do BNB, Romildo Rolim, disse que um dos pilares da instituição é o crédito produtivo de longo prazo, com recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE). De acordo com ele, o banco abastece principalmente o setor rural e agroindustrial, mas também atua em investimentos como aeroportos, energia eólica e solar, exploração de petróleo e gás, saneamento e transmissão e distribuição de energia.

Rolim mencionou ainda o trabalho desenvolvido no setor do microcrédito, tanto rural quanto urbano, que levou a instituição a ser considerada o terceiro maior banco de microfinanças do mundo, responsável por 63% da

operação de microcrédito do Brasil. Foram R\$ 11,5 bilhões de microcrédito contratados em 2018, atendendo a 5,7 milhões de microempreendedores.

Para Jean Paul Prates (PT-RN), só bancos de fomento podem “abrir novos caminho onde ninguém quer entrar primeiro”, como no caso dos investimentos em energia eólica e solar.

— Quem vai dar microcrédito para nordestino se houver a fusão do BNDES com o BNB? Bastam argumentos simples, retos, frase curtas para mostrar que o BNB é ultranecessário, — disse.

Jaques Wagner (PT-BA) disse ser importante lutar pela continuidade das entidades de fomento do Nordeste.

— Temos que acabar com a ideia de quando aparece uma mazela, joga-se a bacia, a criança e a água suja fora. Nós da bancada do Nordeste vamos continuar lutando para revigorar as instituições — disse.

Os dirigentes do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), Angelo Guerra, e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Maria Clara Oliveira, mencionaram as obras em que esses os órgãos atuam, tidas como essenciais

para garantir água potável aos nordestinos, em ações que se complementam.

A Codevasf, disse Maria Clara, recupera áreas degradadas e rios e protege nascentes, implanta sistemas de captação de água da chuva, constrói adutoras e esgotamento sanitário para melhorar a qualidade da água nas bacias onde atua. De acordo com Guerra, o Dnocs implanta e monitora barragens e perfura poços, permitindo o desenvolvimento de atividades como a piscicultura eviabilizando a proteção ambiental ao redor da obra.

O titular da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Mário Gordilho afirmou que a entidade trabalha na elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRNDE), que pela primeira vez deve ser enviado ao Congresso com o Plano Plurianual (PPA).

Segundo ele, está sendo feito um trabalho conjunto com os estados para a elaboração de uma agenda propositiva, articulando ações entre os diversos órgãos que atuam na região e as linhas de financiamento disponíveis em 14%.

Ele também defendeu o investimento para garantir água, fundamental para qualquer ação no Nordeste.

## Comissão acompanhará agronegócio internacional

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vai acompanhar em 2019 as ações do governo federal na área do comércio agropecuário internacional. A avaliação e a fiscalização dessa política pública pelo colegiado foi definida ontem pelos senadores.

O relator dos trabalhos será Luis Carlos Heinze (PP-RS), que vai apresentar um parecer sobre o assunto até o final deste ano.

Durante viagem aos Estados Unidos este mês, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a isenção de impostos para os produtores norte-americanos que vendem trigo para o Brasil. A alíquota de 10% só será cobrada após a importação de 750 mil toneladas. A medida preocupa produtores brasileiros.

A presidente da CRA, Soraya Thronicke (PSL-MS), anunciou a criação de uma subcomissão para debater

a regularização fundiária em áreas rurais.

O grupo terá reuniões mensais. Foram designados como titulares da subcomissão Acir Gurgacz (PDT-RO), Chico Rodrigues (DEM-RR), Juíza Selma (PSL-MT), Paulo Rocha (PT-PA) e Soraya Thronicke. Os suplentes são Izalci Lucas (PSDB-DF), Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad (PSD-MS), Telmário Mota (Pros-RR) e Wellington Fagundes (PR-MT).

## Plínio pede segurança jurídica para a Zona Franca de Manaus

Plínio Valério (PSDB-AM) usou a tribuna ontem para reclamar da diminuição dos incentivos fiscais concedidos à Zona Franca de Manaus. Segundo ele, o governo tem reduzido os incentivos às fábricas ao passo que diminui os impostos, beneficiando outras regiões.

— A Zona Franca está em lei. Ninguém pode acabar com a Zona Franca até 2073. Mas, quando falo acabar, quero dizer mexer, tocar, canetar, dizer o que nós temos de fazer. Não pode! Nós devemos dizer o que é bom para nós.



Waldeir Barreto/Agência Senado

## Anastasia destaca texto sobre a transparência dos partidos políticos

Antonio Anastasia (PSDB-MG) comemorou ontem a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do projeto que obriga partidos a cumprir uma série de normas para aumentar a transparência. O PLS 429/2017 altera a Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096, de 1995) para submeter seus representantes a programas de *compliance*, amparado em regras de responsabilidade social com vistas a preservar a integridade da conduta do político e da legenda, informou.



Waldeir Barreto/Agência Senado

## Paim defende sugestão que revoga emenda sobre teto de gastos

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a aprovação da Sugestão Legislativa (SUG) 31/2018 na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A sugestão, apresentada pela cidadã Vanessa Negrini, pede a revogação da emenda constitucional que limita os gastos públicos por 20 anos. O texto precisa agora do apoio de, no mínimo, 27 senadores para que possa tramitar como Proposta de Emenda à Constituição, conforme explicou Paim.



Waldeir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Davi Alcolumbre  
**Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia  
**Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins  
**Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão  
**Segundo-secretário:** Eduardo Gomes  
**Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro  
**Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze  
**Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

**Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Pontes explicará acordo sobre Base de Alcântara

Em audiência conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Relações Exteriores, ministro detalhará tratado que permite aos EUA lançar satélite a partir do Maranhão

O MINISTRO DA Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, participa hoje de uma audiência conjunta das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Ciência e Tecnologia (CCT) para detalhar o acordo que permitirá o uso do Centro Espacial de Alcântara (MA) pelos Estados Unidos.

O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) foi assinado no dia 18, durante a visita do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos.

O documento prevê o uso comercial da base para lançamento de satélites. De acordo com o Ministério da Defesa, o AST permite que veículos lançadores e cargas úteis comerciais de qualquer nacionalidade, contendo equipamentos ou tecnologias norte-americanas, sejam lançados de Alcântara.

O acordo que destrava o uso comercial do Centro de Alcântara precisa da ratificação do Congresso Nacional como condição imprescindível para que seja possível realizar lançamentos espaciais.

Segundo a Agência Espacial Brasileira, o primeiro AST foi assinado em 2000 e submetido à aprovação do Congresso no ano seguinte, mas foi devolvido ao Executivo em 2016 sem ratificação. Nesse período de quase 20 anos, a agência estima que o país tenha perdido cerca de US\$ 4 bilhões por lançamentos não realizados.

Ontem, o senador Roberto Rocha (PSDB-MA) comemorou a assinatura do novo acordo com os Estados Unidos. Ele ressaltou que o acordo autoriza o lançamento de foguetes



A comissão fará debates com ministros da Agricultura e das Minas e Energia

de Alcântara com tecnologia americana, que domina quase 80% dos satélites do planeta.

Para o senador, o acordo poderá favorecer o desenvolvimento econômico e social do Maranhão.

— É natural que o governo desenvolva tecnologia e empresas privadas vendam produtos. Há comunidades no Maranhão que têm o maior índice de vulnerabilidade social do país, o menor índice de desenvolvimento humano e a pior renda per capita.

Roberto Rocha disse ainda que o acordo busca salvaguardar a tecnologia dos Estados Unidos e defendeu iniciativas que favoreçam o aprimoramento profissional de parcela da população maranhense.

— O acordo não transfere tecnologia, é um acordo comercial para foguetes e satélites civis, não militares, como se os Estados Unidos precisassem de Alcântara para fazer alguma coisa no mundo.

O senador defendeu ainda a criação de ambientes favoráveis a bons negócios em Alcântara, para favorecer

“a exploração econômica da riqueza”.

— A ilha de São Luís tem o melhor porto das Américas. Alcântara está a dois graus abaixo da linha do Equador, o que gera economia de 30% de combustível. O Cabo Canaveral, na Flórida, está a 25 graus acima da linha do Equador. Quanto menos combustível for gasto, haverá mais espaço no foguete para o transporte de equipamentos — destacou.

## Agricultura

Na reunião de ontem, a CCT aprovou a realização de audiências com os ministros da Agricultura, Tereza Cristina, e das Minas e Energia, Bento Albuquerque para discutir a contribuição da tecnologia para a agricultura e as estratégias de fomento das pequenas centrais hidrelétricas e centrais eólicas.

A comissão também decidiu que a política pública a ser avaliada este ano pelo colegiado serão os programas governamentais de fomento às energias renováveis e aos biocombustíveis.

## Avança MP sobre fim de empresa binacional Brasil-Ucrânia Cyclone Space, no Maranhão

A comissão mista sobre a medida provisória que extingue a empresa Alcântara Cyclone Space (ACS), binacional Brasil-Ucrânia, aprovou ontem o relatório que mantém o texto original da MP 858/2018, encaminhada ao Congresso em novembro. A empresa, de capital brasileiro e ucraniano, funciona na base de lançamento de Alcântara (MA) e foi formada por acordo assinado em 2003. O relatório, apresentado pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ), ainda será votado nos Plenários da Câmara e do Senado. O relator rejeitou as cinco emendas apresentadas à MP.

A medida determina que a União receba os bens da empresa extinta, além de direitos e obrigações contraídos situados em território brasileiro, e nas ações em tramitação no Judiciário. Também põe fim ao mandato dos conselheiros, devolve a área ocupada ao Comando da Aeronáutica e define o inventário para apurar gestão de passivos e ativos da empresa, como forma de favorecer um acerto de contas transparente com a Ucrânia.

Ao justificar a extinção da ACS, o governo brasileiro alega a ocorrência de “desequilíbrio na equação tecnológico-comercial”

que justificou a constituição da parceria com a Ucrânia, a partir de 2003.

O governo afirma ainda que a Ucrânia, “esgotadas as tentativas brasileiras de distrato amigável, tem oferecido sucessivas resistências para a realização de assembleia geral com o objetivo de deliberar sobre a dissolução e a liquidação” da empresa.

## Prejuízo

De acordo com o governo, a manutenção e a estrutura da ACS, “tendo em vista a magnitude dos recursos financeiros envolvidos, tende a gerar, com o passar do tempo, impactos negativos no Orçamento da União”. Ao longo do empreendimento, o Brasil aportou R\$ 483,8 milhões, devendo ser este o valor a constar como volume de recursos fiscalizados, embora o capital social da ACS tenha chegado a US\$ 1 bilhão, na assembleia geral realizada em maio de 2013.

Presidente da comissão mista, o senador Roberto Rocha disse que a cooperação entre Brasil e Ucrânia não trouxe nenhum ganho, mas um “prejuízo bilionário” ao país e ao Maranhão.

A MP precisa ser votada na Câmara e no Senado até 2 de maio.

## Colegiado debaterá medida que viabilizou privatização de distribuidoras de energia

A comissão mista da medida provisória que viabilizou a privatização da Amazonas Energia e da Companhia Energética de Alagoas (Ceal) fará audiência pública hoje para discutir com especialistas os efeitos práticos das novas regras.

A MP 855/2018 foi editada em conjunto com outra medida (MP 856/2018) para viabilizar a privatização de duas distribuidoras que estavam sob controle da Eletrobras. Ambas foram leiloadas em dezembro.

A MP 855 determina que as duas empresas, especialmente a Amazonas Energia, receberiam até R\$ 3 bilhões para cobrir despesas com combustíveis usados na geração de energia elétrica entre 1º de julho de 2017 até a data da transferência do controle

acionário para o novo operador. Oriundo de fundos do setor energético, o dinheiro seria repassado em 60 parcelas para o concessionário que arrematasse as distribuidoras.

A medida também estabeleceu carência de cinco anos para a nova concessionária cumprir requisitos de eficiência econômica e energética estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Foram convidados para o debate representantes do Ministério das Minas e Energia, da Aneel, da Federação Nacional dos Urbanitários, do Dieese, e o ex-ministro de Minas e Energia Nelson José Hubner Moreira.

O presidente da comissão mista é o senador Wellington Fagundes (PR-MT) e o relator, deputado Edio Lopes (PR-RR).

## Paulo Rocha denuncia chacina em assentamento

Paulo Rocha (PT-PA) denunciou ontem uma chacina em Tucuruí (PA). O senador relatou que a líder do Movimento dos Atingidos por Barragens, Dilma Ferreira Silva, foi torturada e morta. Outras cinco pessoas também foram assassinadas.

— É nossa obrigação denunciar esses crimes, exigir a apuração, mas, sobretudo, nos indignar contra essa forma de resolver os conflitos pela posse da terra, especialmente na Amazônia.

Ele destacou que o atual governo não apoia os movimentos sociais e fortalece os defensores da violência no campo.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Reguffe quer 5 anos para dedução de IR de patrão

Reguffe (sem partido-DF) informou ontem que apresentou projeto para prorrogar por cinco anos a dedução no Imposto de Renda do patrão que paga a contribuição INSS de empregado doméstico (PL 1.766/2019).

— O limite dessa dedução é de apenas R\$1,2 mil. Então, não vai quebrar o país. Isso incentiva a manutenção, a geração e a formalização de empregos — ponderou.

Ele lembrou que 2019 será o último ano em que será permitido esse tipo de dedução. Para Reguffe, é justo com quem emprega e também ajuda na manutenção de milhares de empregos.



Waldemir Bonetto/Agência Senado

## Collor defende reestruturação das carreiras militares

Fernando Collor (Pros-AL) defendeu a reestruturação das carreiras militares.

O senador se referiu ao projeto que trata das pensões militares, das regras para promoções dos oficiais da ativa e dos requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército (PL 1.645/2019).

— Em função de atividades extraordinárias, 30 anos de serviço militar equivalem a 45 anos de serviço civil. Isso se dá sem qualquer acréscimo de remuneração a título de horas extras e de adicional noturno, pois a isso militares não têm direito.



Waldemir Bonetto/Agência Senado



# Mais Médicos vai focar locais com IDH baixo

Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, o ministro da Saúde, Luís Henrique Mandetta, disse que o governo busca formas de atrair profissionais para esses municípios

A PRIORIDADE DO Ministério da Saúde será alocar profissionais do programa Mais Médicos nas regiões Norte e Nordeste (especialmente no semi-árido), no Vale do Jequitinhonha (no nordeste de Minas Gerais), em localidades isoladas no Centro-Oeste e em distritos sanitários indígenas. A informação foi dada pelo ministro Luís Henrique Mandetta, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O ministro criticou o fato de cidades como Brasília, Florianópolis, São Paulo e municípios paranaenses com alto índice de desenvolvimento humano (IDH) receberem profissionais do Mais Médicos. Para ele, essas cidades possuem estruturas que não podem ser comparadas às dos municípios

com problemas crônicos e prestação de serviços de saúde precária, com baixíssimo IDH, que, para ele, devem ser os primeiros a receber os médicos do programa.

Mandetta detalhou que as cidades foram ranqueadas e apenas os municípios com IDH mais baixo serão atendidos pelo Mais Médicos. Ele ainda anunciou que busca tornar o trabalho nos municípios mais carentes mais atrativo para os médicos.

— Eu não posso chegar para uma pessoa e falar que ela vai ter que morar dentro do Parque Nacional do Xingu. Nessas localidades, por exemplo, devemos adotar um rodízio, com a troca de profissionais a cada 15 dias. Existem muitos Brasis dentro deste país, que neces-



Ao lado de Romário (2º à esq.), presidente da comissão, Mandetta explica os planos do governo para o programa

sitam portanto de diferentes abordagens. O Mais Médicos vai se tornar mais flexível no enfrentamento à desassistência crônica — disse.

Para o ministro, um dos problemas do Mais Médicos é

pagar salários idênticos a todos os profissionais, não importando se atuam em Florianópolis, numa aldeia indígena ou em pequenos municípios distantes dos grandes centros. Senadores do Norte e do Nordeste

disseram que seus estados ainda sofrem com a expressiva queda do atendimento após a saída dos médicos de Cuba do programa. O fim do acordo com o país caribenho fez com que cerca de 8,5 mil profissionais fossem desligados do Mais Médicos.

O senador Chico Rodrigues (DEM-RR) pediu que o governo cumpra promessa feita pelo presidente Jair Bolsonaro no ano passado, de que os médicos cubanos que não retornassem para seu país de origem continuariam a fazer parte do Mais Médicos. Mais de 2 mil deles optaram por ficar no Brasil, porém ainda não foram reincorporados.

Irajá (PSD-TO), Telmário Mota (Pros-RR) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) solicitaram que os profissionais sejam usados para preencher um número expressivo de vagas que ainda não foram preenchidas em estados da Região Norte.

## Mandetta afirma que vai reunir lideranças para discutir saúde indígena

O Ministério da Saúde deve se reunir hoje com representantes de etnias indígenas de diversas regiões do país, iniciando negociações para definir um novo modelo de assistência de saúde para essas populações. O anúncio foi feito por Mandetta durante o debate na CAS.

A reunião na comissão foi acompanhada por lideranças de diversas etnias, que abordaram o ministro com a preocupação de que o ministério fechasse a Secretaria Especial de Saúde Indígena

(Sesai) para municipalizar os serviços. Mandetta, no entanto, negou que essa seja a intenção da pasta e disse que dialogará com as lideranças indígenas e autoridades de saúde estaduais e municipais, na busca de um modelo mais eficiente para as populações. O Ministério Público Federal também deverá participar das negociações.

Para o ministro, o atual modelo é ineficiente na sua concepção, e tornou-se um campo aberto para fraudes em licitações, compadrios

políticos e acertos corruptos.

Mandetta lembrou que em 2011 foi o primeiro deputado a solicitar ao TCU uma fiscalização sobre o sistema, que, na época, havia identificado diversas irregularidades. E acrescentou que é necessário que o orçamento para o setor (cerca de R\$ 1,8 bilhão por ano) atenda efetivamente o seu objetivo.

— O setor vem sofrendo com esquemas de fraudes endêmicas, por exemplo, em licitações de aeronaves, helicópteros, aviões, planos de

voo. A saúde indígena como um todo sofre uma perigosa associação entre ONGs, seus funcionários e prestação de contas. Há também pagamentos sem parâmetros de valores vultosos para assessorias contábeis, que chegam a R\$ 400 mil, ou para assessoria advocatícia, que chegam a R\$ 200 mil. Na licitação que mandei fazer no ministério, já detectei também conluios no aluguel de carros na Bahia. Também há casos de funcionários fantasmas nas ONGs e desvios de funções.

## Ministro do Meio Ambiente diz que sua pasta prioriza o combate à poluição

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, se disse cético quanto às causas apontadas por estudos para o aquecimento global e disse que a prioridade de sua pasta é o combate à poluição. Salles participou ontem de audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde também discutiu com os senadores temas como o uso de agrotóxicos, licenciamento ambiental, administração de parques nacionais, segurança de barragens e o afastamento de superintendentes do Ibama.

Aos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Jean Paul Prates (PT-RN) e Márcio Bittar (MDB-AC), o ministro disse não discordar de que haja um aquecimento no planeta, o que pode ser verificado pelo regime de chuvas e pelo nível dos oceanos, mas questionou a "parcela de contribuição humana" nas mudanças climáticas. Em relação à destituição de 21 gestores do Ibama, Salles respondeu que, em alguns casos, poderá haver recondução ao cargo.

Quanto ao trabalho de organizações não governamentais de preservação do meio ambiente, o ministro afirmou que várias delas apresentam "bons projetos", mas falta transparência.

— Boas ideias são obscuras ou relativizadas por prestação de contas e metas não explicitadas, quer seja por incapacidade, quer seja por desiderato próprio, que merece reparo — afirmou Salles.

Em resposta a Alessandro Vieira (PPS-SE) sobre a liberação de mais 54 agrotóxicos, considerados altamente nocivos, a maioria proibida em

outros países, o ministro disse que o problema é a demora no procedimento de registro, aprovação e análise dos produtos.

Salles apontou como prioridades de sua pasta uma agenda de qualidade ambiental urbana com melhorias no saneamento, na qualidade do ar e na gestão de resíduos. Ele disse que 75% dos brasileiros moram em cidades e em condições precárias de saneamento. Segundo Salles, o ministério deve observar a experiência internacional nas ações para melhoria da qualidade do ar, a exemplo da capital chinesa, Pequim, para

reduzir a poluição e os casos de doenças respiratórias.

A pasta também lançou um programa nacional de combate ao lixo no mar. E ainda estão previstos a recuperação das áreas urbanas contaminadas, principalmente nas regiões periféricas, e o incentivo ao aumento de áreas verdes, especialmente próximas a mananciais.

Com relação à Amazônia, o ministro disse que o governo pretende investir em um sistema de monitoramento que pode congrega satélites, radares e drones, com provável tecnologia internacional, para verificar desmatamento ilegal e garimpo. A liberação da licença ambiental deverá ser mais aprofundada e detalhada nos sistemas considerados relevantes, como as barragens, com a utilização mais racional do corpo técnico do Ibama.

O presidente da CMA, Fabiano Contarato (Rede-ES), questionou o ministro sobre as ações em relação ao rompi-

mento das barragens de rejeitos de mineração em Mariana (novembro de 2015) e Brumadinho (janeiro de 2019), ambas em Minas Gerais. O senador cobrou a responsabilização criminal da pessoa jurídica das mineradoras, prevista na Constituição. Jaques Wagner (PT-BA) apontou a precária estrutura de fiscalização e sugeriu que as mineradoras sejam obrigadas a fazer seguro das barragens. O ministro concordou e disse que, nesse caso, a força regulatória não conseguiria se equiparar ao setor produtivo.

— Estamos falando de mais de 700 barragens Brasil a fora. O setor de seguros tem interesse em fazer uma boa auditoria, uma boa fiscalização porque ele próprio vai mensurar o risco, o custo.

Salles ainda defendeu as parcerias com o setor privado na gestão dos parques nacionais administrados pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio), para estimular o ecoturismo.



Ministro Ricardo Salles e Fabiano Contarato na Comissão de Meio Ambiente